

“Uma cidade negra entre os brancos”. Revisitando o gueto negro da América*

Loïc Wacquant**

Tanto os brancos quanto os negros americanos possuem resistências arraigadas contra a explicitação do problema do negro, mesmo que verbal, em toda sua horrenda plenitude, na totalidade do seu significado. (Richard Wright, Prefácio de *Black Metropolis*, 1945).

Resenhas

O significado do “gueto” na sociedade estadunidense e na Ciência Social modificou-se ao longo do tempo em função das formas como foram concebidos os problemas de etnicidade e de pobreza na metrópole (Ward, 1989) pela elite política e intelectual do país. Didaticamente, podem-se distinguir três estágios na trajetória semântica do termo até o debate contemporâneo.

Gutting the ghetto¹

De Jackson a Jefferson, a palavra importada *gueto* era utilizada especificamente para designar concentrações residenciais de judeus da Europa Oriental, que se instalavam em portos ao longo do Atlântico. Neste período inicial, os bairros onde a degradação física e social frustrava quaisquer esforços de ascensão individual e melhoria do grupo foram rotulados de *slums* ou favelas (Lubove, 1962).

* Artigo publicado em *Black Renaissance/Renaissance Noire*, 2, 1997, e enviado pelo autor para publicação em *Política & Sociedade*, em fevereiro de 2004. Tradução de Taís Blauth.

** Professor no Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley, e no Centro de Sociologia Européia do Collège de France, Paris. E-mail: loic@uclink2.berkeley.edu

¹ Nota da tradução: Trocadilho com as palavras *to gut*, significando “extrair a essência de”, a partir do sentido literal de “estripar”, como quando se limpa um peixe, e *ghetto*, “gueto”, ou seja: “estripando/compreendendo o gueto”.

Com o desenrolar da era progressista, o termo “gueto” se expandiu para designar o confinamento socioespacial de recém-chegados exóticos à cidade – europeus de classe baixa, provenientes do sul e da região centro-oriental da Europa, além de afro-americanos fugindo do regime opressivo do sul, buscando alcançar a “terra prometida” do norte. O termo então se referia, de maneira geral, à *intersecção* entre o bairro étnico e a favela, onde a segregação se aliava à dilapidação das moradias, exacerbando os males urbanos e inibindo a participação na vida social².

Somente após a Segunda Guerra Mundial, a extensão semântica do “gueto” contraiu-se novamente para denotar quase exclusivamente o *confinamento forçado de afro-americanos* em distritos centrais compactos e dilapidados, tendo em vista que o contraste entre a suave dispersão residencial dos “étnicos brancos” e o persistente isolamento dos descendentes de escravos expunha dramaticamente as diferenças estruturais, além de vivenciais, entre a colônia européia e o cinturão negro. A “analogia imigrante” foi finalmente exposta pelo que era desde sempre: uma falácia histórica, além do “maior erro de cálculo” (Wade, 1990, p. 6) de todos aqueles que esperavam que a urbanização pudesse eventualmente atenuar, se não eliminar, a linha divisória de cor na América.

Assim, nas suas três encarnações americanas anteriores, a noção de gueto englobava e amarrava as idéias de *divisão étnico-racial* e homogeneidade com as de *confinamento espacial* e *enclausuramento social*³. Análises recentes de raça e pobreza na metrópole americana, propostas sob o “guarda-chuva” amplo da

² Essa concepção foi legitimada pelo paradigma ecológico da Escola de Sociologia de Chicago. Assim, em *The ghetto*, Louis Wirth (1928, p. 6) assimila ao gueto as “Pequenas Sicílias, Pequenas Polônias, bairros chineses e cinturões negros nas nossas grandes cidades”, juntamente com as “áreas do vício” – todas consideradas áreas naturais, preenchendo uma função no organismo urbano mais amplo.

³ Lembrem-se de que, quando o termo se tornou corrente, inicialmente para se referir aos imigrantes judeus e posteriormente a bairros de outros imigrantes, os recém-chegados à América de origem não inglesa eram freqüentemente ‘racializados’: alemães, italianos, poloneses e irlandeses eram percebidos como agrupamentos culturais e biológicos distintos, cada um com seus próprios costumes e características hereditárias.

“*underclass*” (classe desprivilegiada, subclasse), desviam-se radicalmente desta linhagem semântica, na medida em que tendem a igualar o gueto a qualquer perímetro de alta pobreza, independentemente da população e da conjuntura organizacional⁴. Em princípio, pode parecer que esta redefinição envolva meramente um ajuste técnico, necessário para capturar estruturas emergentes de exclusão urbana que borram ou transpassam a linha de cor. Olhando mais profundamente, percebe-se, porém, que esta mudança é um golpe conceitual, direcionado por considerações “políticas” táticas: ela efetivamente *expurga a raça* da equação causal e *rebaixa o gueto à favela*, embora tudo indique que a divisão preto/branco continue a ser um determinante primordial da expropriação no centro urbano.

Tudo isto aconteceu porque a renda é uma variável que os analistas e formuladores de políticas consideram mais “amigável”: ela é ao mesmo tempo incontroversa, ideologicamente inócua e aparentemente fácil de medir e manipular – tudo o que a raça não é. O resultado é que, pela primeira vez na sua longa vida na América, o conceito de “gueto” foi destituído do seu referencial étnico-racial e despojado de qualquer menção a poder de grupo e opressão. Uma cápsula institucional multifacetada é, então, transformada num descritor demográfico simples e unidimensional que obscurece a história e a duradoura realidade da divisão racial nos Estados Unidos.

A eliminação da raça é imediatamente detectável nos trabalhos dos grandes estudiosos da “*underclass*” e seus derivados. Assim, no seu livro **The disappearance of work**, William Julius Wilson (1996, p. 12, grifo do autor) relata de maneira aprovativa que “em tentativas de examinar empiricamente o problema da pobreza no gueto em toda a nação, os cientistas sociais tenderam a definir gueto como sendo bairros localizados nos setores censitários com concentração de pobreza”, por exemplo, setores “nos quais pelo menos 40 por cento dos residentes eram po-

⁴ Ver, por exemplo, Hughes (1990), Wilson (1991), Jencks e Peterson (1991), Devine e Wright (1993).

bres”. A autoridade máxima do país para esta questão endossa esta alteração conceitual, que justifica citando as investigações de dois estudiosos de políticas públicas da Harvard’s Kennedy School, Paul Jargowski e Mary-Jo Bane. Jargowski e Bane (1991), por sua vez, apontam para o “uso corrente” desta definição baseada na renda para justificar a remoção da restrição étnico-racial da sua operacionalização⁵.

A metrópole negra revisitada

No entanto, basta voltar-se à história para perceber que o gueto não é apenas um conglomerado de famílias pobres ou um acúmulo espacial de condições sociais indesejáveis – privação de renda, habitação precária ou crime endêmico e outros comportamentos disruptivos –, mas uma **forma institucional**. Ele é o instrumento de enclausuramento étnico-racial e de poder (*Schliessung* e *Macht*, em linguagem weberiana), através do qual uma população considerada desonrosa e perigosa é ao mesmo tempo isolada e controlada.

Estendendo-se pelo meio século entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução dos Direitos Civis, o “gueto comunal” da era fordista, habilmente dissecado pela escola de historiografia conhecida como de “síntese do gueto”⁶, foi o produto da confluência da (1) migração urbana nortista e da (2) industrialização dos camponeses afro-americanos dos Estados sulistas, o que levou à (3) proletarização negra no contexto de (4) uma rígida ordem de castas costurada no tecido material e simbólico da metrópole, e reforçada por uma mistura de lei, costume e violência

⁵ Para uma discussão mais completa a respeito dos custos analíticos e dos efeitos perversos das armadilhas políticas que acompanham o abandono da dimensão institucional do gueto, ver Wacquant (1997a, e os “comentários” subsequentes).

⁶ Esta coleção solta de trabalhos históricos que têm o selo do Movimento de Direitos Civis inclui as conhecidas monografias de Gilbert Osofsky sobre o Harlem, de Allen Spear sobre Chicago, de David Katzman sobre Detroit, e de Kenneth Kusmer sobre Cleveland. Uma sinopse crítica da emergência e das limitações desta “escola” é oferecida por Trotter (1985, p. 264-282).

crua. O Harlem de Nova York, o South Side de Chicago e o Paradise Valley de Detroit nunca foram apenas territórios desolados de desequilíbrio ecológico e exclusão social: eles foram – e ainda são – manifestações de uma relação de poder entre a sociedade branca dominante e sua casta negra subordinada.

Assim como o confinamento forçado dos judeus na cidade medieval favoreceu a cristalização de um complexo institucional distinto (Sennett, 1994, p. 212-253), a imposição por parte dos brancos de uma barreira de cor inflexível, como uma muralha de separação de grupos, resultou na formação de “uma cidade artificial” com suas próprias “escolas, hospitais e outras instituições uni-raciais” (Myrdal 1945, p. 618), aninhada no coração da metrópole estadunidense, embora separada dela socialmente. Em ambos os casos, a função exercida pela constelação socioespacial resultante foi a mesma: a de permitir que o grupo dominante – gentis, na cidade-Estado da Europa renascentista; brancos, na metrópole fordista dos Estados Unidos moderno – maximizasse os ganhos econômicos obtidos através de uma categoria étnico-racial subordinada, enquanto minimizava o contato com ela e, conseqüentemente, o risco de contaminação simbólica e de desvalorização. Esta combinação de separação e duplicação institucional, complexidade estrutural e enclausuramento vivencial – e não a prevalência, a intensidade ou a persistência da pobreza – é o que distingue a urbanização dos negros do padrão metropolitano de todos os outros grupos na história dos Estados Unidos⁷.

De fato, este **enquadramento institucional compulsório baseado no confinamento espacial** foi devidamente notado – se não necessariamente tematizado como tal – por todos os grandes estudiosos afro-americanos da categoria negro-urbano neste século. Na seqüência do seu relato pioneiro em **The Philadelphia Negro**, W. E. B Du Bois conduziu um estudo social sobre o Norte Negro em 1901. Observando que “o problema do negro não é propriedade somente do sul”, ele descreve a Nova Iorque negra

⁷ Para pesquisas abrangentes sobre a urbanização afro-americana que obliquamente documentam este ponto, ver Trotter (1995) e Kusmer (1995).

como “um mundo por si só, fechado ao mundo externo e quase desconhecido por ele, com igrejas, clubes, hotéis, salões e instituições de caridade; com suas próprias distinções sociais, diversões e ambições. (Du Bois, 1978, p. 152)

A causa deste “ambiente social peculiar e incomum que afeta até certo ponto todas as outras forças sociais” (Du Bois 1978, p. 75): a exclusão sistemática por parte dos brancos, baseada num profundo preconceito de casta. Numa palestra sobre “A raça negra nos Estados Unidos da América” (*The negro race in the United States of America*), apresentada no Primeiro Congresso Universal de Raças, ocorrido em Londres em 1911, Du Bois (1978, p. 107) reitera este ponto: devido à rejeição branca, “criou-se um mundo negro na América, com sua própria vida econômica e social, suas igrejas, escolas e jornais; sua literatura, opinião pública e ideais”. E, mais ainda, “esta vida é profundamente despercebida e desconhecida, mesmo na América”.

No início de sua clássica representação da “Manhattan Negra” (**Black Manhattan**), James Weldon Johnson (1930, p. 3-4) reproduz esta visão, quando escreve:

Então, aqui temos o Harlem – não apenas uma colônia, ou comunidade, ou assentamento – de maneira nenhuma um quarteirão, ou uma favela, ou uma zona marginal – mas uma cidade negra, localizada no coração da Manhattan branca e contendo mais negros por metro quadrado do que qualquer outro lugar do mundo.

Novamente, a “aparente incongruência e estranheza desta metrópole negra no coração da grande metrópole ocidental branca” é facilmente explicável, quando se leva em conta a **longa história** das relações de antipatia entre brancos e escravos africanos e seus descendentes.

O esquema da “cidade negra entre os brancos” é, evidentemente, crucial no trabalho de St. Clair Drake e Horace Cayton. O próprio título do seu livro mestre, **Black Metropolis**, encerra as noções combinadas de segmentação, aninhamento e paralelismo institucional. Drake e Cayton apontam, no capítulo inicial do volume, que, por volta de 1940, mais de nove décimos dos 337.000

negros de Chicago estavam “solidamente amontoados” numa “faixa estreita de terra, com sete milhas de comprimento e uma milha e meia de largura”, e continuavam se concentrando ainda mais neste espaço, da mesma forma que “comunidades de estrangeiros estavam se desintegrando” e rapidamente se dispersando pela paisagem urbana. O crescimento, a constituição interna e a textura vivencial desta metrópole negra “no útero dos brancos” é o foco da pesquisa de Drake e Cayton. Seu propósito é elucidar

os padrões de vida e pensamento, atitudes e costumes, que fazem da Metrópole Negra uma cidade singular e distinta dentro de uma cidade. Compreenda o cinturão negro de Chicago e você compreenderá os cinturões negros de uma dúzia de grandes cidades americanas (Drake e Cayton 1945, p. 12).

Este sentimento de viver numa cidade própria, distinta e separada da metrópole branca envolvente era tão avassalador que os “chicagoanos marrons” – que era como os afro-americanos se autodenominavam na época – fizeram eleições simuladas para “prefeito de Bronzeville”. Iniciada em 1930 como um truque publicitário para impulsionar a circulação do “jornal da raça” *Chicago Bee*, e posteriormente patrocinada por seu rival *Defender*, este concurso anual atraiu milhares de participantes na metade do século. O vencedor era tipicamente um executivo, cuja missão era comportar-se como o representante símile e porta-voz da “cidade negra entre os brancos”. “Ao longo de todo seu mandato, espera-se que ele sirva de símbolo das aspirações da comunidade. Ele visita igrejas, envia protestos ao prefeito da cidade e faz a recepção oficial aos visitantes de Bronzeville” (Drake and Cayton, 1945, p. 383). O falso prefeito de Bronzeville era, então, a encarnação viva do cerco comunal e localização subordinada dos afro-americanos na metrópole fordista. Ele expressava a aspiração coletiva à autonomia e à dignidade dos residentes do gueto, assim como sua negação implacável⁸.

⁸ O prefeito de Bronzeville é, assim, um análogo moderno parcial do chefe do Rathaus nos guetos judeus da Frankfurt ou da Praga do século XVIII, exceto que a posição deste último era oficialmente prescrita na lei (Gay, 1992).

Em seu apanhado geral sobre a urbanização negra no século vinte, E. Franklin Frazier (1957, p. 262) confirma que “a expansão da comunidade negra assumiu o padrão de uma cidade completa em si mesma”, dotada da maioria dos serviços dos quais a população precisa para organizar sua vida sociocultural em semi-independência da sociedade branca mais ampla, que a rejeita: hospitais, igrejas, mercado comercial, lugares para diversão, até mesmo associações de caridade e bem-estar. Para ser exato, o relato de Frazier sobre a estrutura socioespacial da população negra urbana não forma uma peça única, devido à insistente tensão entre o paradigma ecológico que ele adota e a realidade empírica que analisa.

Por ser profundamente fiel ao modelo radial de assentamento e sucessão metropolitanos, codificado por Ernest Burgess em *The city* (“A Cidade”), Frazier (1948, p. 232, 234) mantém, por um lado, que “o caráter geral destas comunidades negras foi determinado pelas mesmas forças econômicas e culturais que modelaram a organização da comunidade como um todo”. Embora os brancos resistissem furiosamente à “invasão” dos seus bairros por afro-americanos, Frazier afirma que “nem a violência, nem a formação de associações de proprietários conseguiram frear a expansão da comunidade negra ao longo de linhas em harmonia com o crescimento da cidade”⁹. Mas, por outro lado, ele é um observador da vida urbana sagaz e diligente demais para não reconhecer que “o peneiramento e o arranjo da população, das classes ocupacionais e das instituições” tomam uma direção muito peculiar no caso dos afro-americanos, pois ocorrem totalmente *dentro dos limites do cinturão negro*. Num artigo paradigmático

⁹ Frazier (1948, p. 232-233) apresenta uma aplicação direta do quadro analítico de ecologia humana de Park e Burgess quando sugere que os padrões socioespaciais urbanos se formam “por conta da competição pela terra, à medida que a população aumenta e a cidade se expande” e que “a localização da comunidade negra [nas cidades do norte], como a de outros grupos raciais e culturais, encaixa-se no padrão da comunidade mais ampla”. Isto era a pura ortodoxia de Chicago: Park e Wirth “acreditavam e ensinavam a seus estudantes a acreditar que todos os bairros étnicos eram – ou um dia tinham sido – guetos, como o cinturão negro. Eles viam os negros como apenas mais um grupo étnico, cuja segregação era em grande parte voluntária e se mostraria temporária (Philpott, 1978, p. 136).

de estilo “chicagoano”, intitulado “Harlem negro: um estudo ecológico” (*Negro Harlem: an ecological study*), baseado no seu trabalho como diretor na Comissão do Prefeito, sobre as causas da revolta do Harlem de 1935, Frazier propõe a seguinte emenda à hipótese ecológica clássica sobre a distribuição espacial das atividades humanas na cidade:

Onde grupos raciais ou culturais são rigidamente segregados e levam uma vida comunitária mais ou menos independente, tais comunidades locais podem desenvolver o mesmo padrão de zonas da comunidade urbana mais ampla (Frazier 1937, p. 88).

Mas aí elas o fazem estritamente dentro do território separado onde estão confinadas, ao invés de por toda a extensão da metrópole. Com esta pirueta conceitual, Frazier resgata o modelo ecológico, mas deixa um fato incômodo e persistente sem explicação: de todos os grupos étnico-raciais então presentes na metrópole estadunidense, somente os negros vivem dentro do seu próprio complexo urbano, completo em si mesmo, cuja organização espelha a da cidade envolvente.

A singularidade deste padrão é reiterada por August Meier e Elliott Rudwick em seu abrangente retrato da jornada afro-americana desde a “plantation” ao gueto (**From plantation to ghetto**). Nesta obra, eles retratam como “as estruturas institucionais da comunidade negra – igrejas, clubes, ordens de fraternidade – eram centradas no gueto” e agiam como um poderoso mecanismo de atração interna e coesão (Meier e Rudwick, 1976, p. 237). Porém, é importante destacar que *a afinidade dentro do grupo era derivada da hostilidade fora dele*: “Atitudes de animosidade racial, por parte dos brancos, exigindo a exclusão dos negros das áreas residenciais brancas, foram o fator básico responsável pela criação e expansão dos guetos”. E os guetos, por sua vez, favoreceram o surgimento de uma nova liderança negra, que renovou vários meios organizacionais para fazer pressão pela defesa dos interesses da comunidade. Entre eles, estão a Liga Urbana (*Urban League*), a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (*National Association for the Advanced of People of Color*), a Irmandade de Porteiros de Trens Noturnos (*Brotherhood of Sleeping Car Porters*), e

várias associações de auto-ajuda e solidariedade raciais, como a Associação Universal para o Crescimento Negro, de Marcus Garvey (*Marcus Garvey's Universal Negro Improvement Association*).

Mas é na dissecação feita por Kenneth Clark do gueto negro (**Dark Ghetto**) da América, em meados da década de 60, que se encontra talvez a mais impressionante formulação da idéia de que o gueto é essencialmente uma materialização organizacional de uma relação de poder assimétrica entre grupos étnico-raciais demarcados e conflitantes – não é por acaso que o aclamado estudo de Clark tem como subtítulo “Dilemas do poder social” (*Dilemmas of social power*). Isto é afirmado com veemência logo no início do livro:

A América contribuiu para o conceito de gueto com o confinamento de pessoas em uma determinada área e a limitação da sua liberdade de escolha, com base na cor de sua pele. As paredes invisíveis do gueto negro foram erguidas pela sociedade branca, por aqueles que têm poder. (Clark 1965, p. 11)

A dupla “rejeição com base em classe e raça” por parte da classe média branca é tida como a causa motriz da habitação precária, do subemprego desenfreado, da instabilidade familiar e da insegurança endêmica, econômica e física, que permeiam o gueto e tipificam-no como sistema social e nexos psicoemocional¹⁰. Para caracterizar este último, Clark invoca o idioma fortemente marcado do colonialismo e da escravidão, duas das mais brutais instituições de violência social, ao invés do critério neutro de privação de renda: “Os guetos negros são colônias sociais, políticas, educacionais e, acima de tudo, econômicas”. Similarmente, seus residentes “são povos sujeitos, vítimas da ganância, crueldade, insensibilidade, culpa e medo dos seus mestres” (Clark, 1965, p. 11, grifo nosso).

¹⁰ A tese de que as raízes do gueto se encontram na dominação branca foi subsequentemente disseminada pela Comissão Kerner para Desordens Cívicas (Kerner Commission on Civil Disorders), conforme esta passagem frequentemente citada do seu famoso relatório: “O que os brancos americanos nunca entenderam completamente – mas que o negro nunca pode esquecer – é que a sociedade branca está profundamente implicada no gueto. Instituições brancas o criaram, instituições brancas o mantêm e a sociedade branca o condena” (Kerner Commission, 1969, p. 2).

Finalmente, refletindo sobre a persistência do rígido enclausuramento étnico-racial em 1976, Oliver Cromwell Cox (1976, p. 144) sublinha que “o cerne do gueto tende a constituir uma sociedade externa, identificada racialmente”, o que resulta da “tendência a excluir os negros dos processos sociais dominantes [desde] antes da Guerra Civil”. O ostracismo branco é, de acordo com o sociólogo jamaicano, a força motriz por trás das relações sociais e valores distorcidos prevalecentes entre os negros urbanos:

As patologias culturais do gueto podem então ser consideradas como uma conquista projetada por grupos de poder brancos... Não fosse pela pressão social inerente, não haveria nenhum gueto racial; e, não podemos esquecer, este padrão não foi de forma alguma vencido. Existem poderosos interesses por toda a nação que se dedicam continuamente à sua perpetuação. (Cox, 1976, p. 143)

Fazendo da necessidade política uma virtude conceitual

A singular combinação de ostracismo de grupo, duplicação institucional e homogeneidade cultural feita e “contida” nos anos entre-guerras foi a chave para o nascimento do Novo Negro (“New Negro”) (Huggins, 1976). E determinou a forma e a trajetória peculiares tanto das “relações de raça” como da metrópole nos Estados Unidos. De fato, a reclusão territorial forçada e o encerramento organizacional de afro-americanos urbanos aceleraram a fusão da elite mulata com as massas mais escuras. Isto gerou também uma consciência étnico-racial unificada, além de uma cultura urbana bastante distinta, apoiada por instituições mais abrangentes, que mais tarde serviriam de matriz do protesto organizado contra a dominação branca (Abrahams, 1970; Morris, 1984).

O gueto negro tem sido desde então tanto o berço quanto a prisão da civilização negra estadunidense. Ele não dita apenas o destino de milhões de “urbanitas” negros pobres que vivem atualmente das suas sobras; sua presença difusa influencia de maneiras múltiplas e profundas as trajetórias e experiências de afro-americanos até mesmo de classe média, que escaparam do caldeirão urbano de pobreza racializada da “cidade interna” e cresceram na estrutura de classe e na hierarquia de espaços da

cidade. Também eles vivem na sombra longa e lúgubre do gueto negro, mesmo quando já não residem no seu centro histórico.

À guisa de conclusão, deve-se enfatizar que a elisão da dimensão étnico-racial do confinamento urbano no drama da *underclass* do gueto não é nem acidental nem inocente. Ela é representativa da *supressão crescente da raça em pesquisas orientadas para políticas*, nas duas últimas décadas, à medida que a “Guerra à Pobreza”, iniciada por Lyndon Johnson, deu lugar à “Guerra ao Bem-Estar Social”, lançada por Ronald Reagan e continuada por seus sucessores (Handler, 1995; Wacquant, 1997). Seguindo-se à brusca virada para a direita da política estadunidense, em reação às transformações sociais propiciadas pela contestação popular nos anos sessenta, as políticas que atacam a desigualdade racial têm sido desqualificadas e arquivadas – exceto por medidas cosméticas como a Ação Afirmativa (Affirmative Action), criada para aplacar os segmentos politicamente ativos e privilegiados dos grupos subordinados e acalmar a má-fé racial dos liberais brancos. Com o abandono do “sonho integracionista” (Orfield, 1987), a raça foi expelida da agenda nacional, e a segregação, colocada fora dos limites tanto da discussão quanto da intervenção¹¹. Os programas do Estado passaram do combate às disparidades étnico-raciais e de classe à acomodação das suas conseqüências sob uma estratégia de dupla face: de “negligência benigna” nos setores superiores da estrutura social e de “negligência maligna” na sua base (Wacquant, 1996).

O recuo conceitual da raça no debate sobre a *underclass* acontece não porque a raça tenha se tornado um fator causal menos poderoso na determinação das chances de vida nas regiões mais baixas do espaço social estadunidense, mas porque ela não é um tópico propício para ser levantado por estudiosos que pretendem ser “relevantes” e “influenciar” as preocupações atuais das elites do Estado. O seu *rationale* não é intelectual, mas tático; ele

¹¹ Jerome Miller (1996) observa que pesquisas recentes sobre justiça criminal sofreram o impacto de uma supressão similar da raça, que também polinizou por cruzamento a cultura da *underclass*.

não reflete constritores cognitivos, mas censura política auto-imposta, à medida que o debate público sobre a questão se dirige mais e mais para a direita.

De forma similar, as expressões “grupos”, “taxas”, “Estado forte” (*big government*), “guerra às drogas” e “reforma de bem-estar social”, que têm funcionado como um idioma codificado através do qual os políticos podem fomentar e recrutar as forças da reação racial e de classe no campo político (Edsall e Edsall 1991), “*underclass*” e outros termos supostamente desracializados, derivados da concepção do “gueto” baseada na renda, têm servido para denotar negros não merecedores e indisciplinados, sem apelar para uma linguagem visivelmente “de cor”¹².

Os estudiosos que ajudaram a efetuar a redução do gueto à favela *fizeram de uma necessidade política uma virtude conceitual*: eles diligentemente apagaram da sua estrutura analítica o único nexos causal que o Estado norte-americano teima em não reconhecer, confrontar e mitigar ao lidar com disparidade e exclusão – a raça. Assim, igualar o gueto à extrema pobreza *sem* menção a seus alicerces étnico-raciais tem algo, se não de uma cultura do recuo, certamente de uma cultura de retirada e aquiescência à estrutura hipersegregada existente, estrutura esta da cidade e da sociedade estadunidenses.

Referências bibliográficas

ABRAHAM, Roger D. 1970. **Positively black**. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

COX, Oliver Cromwell. 1976. **Race relations: elements and social dynamics**. Wayne State University Press.

DEVINE, James A. et James D. Wright. 1993. **The greatest of evils: urban poverty and the american underclass**. New York: Aldine.

¹² “Termos como ‘pobreza’, ‘a cidade interna’, e ‘os verdadeiramente desafortunados’ intencionalmente camuflam a natureza real da sua agenda. Assim, temos o espetáculo de um debate nacional sobre raça, limpo de qualquer menção sobre raça.” (Steinberg, 1995: 214)

- DRAKE, St. Clair and Horace R. Cayton. 1945. **Black metropolis: a study of negro life in a northern city**. 2 vols., rev. and enlarged edition. New York: Harper and Row, 1962.
- DU BOIS, W.E.B. 1978. **On sociology and the black community**. Edited and with an introduction by Dan S. Green and Edwin D. Driver.
- EDSALL, Thomas Byrne and Mary D. Edsall. 1991. **Chain reaction**. New York: Norton.
- FRAZIER, E. Franklin. 1937. Negro Harlem, an ecological study. **American journal of sociology** 43 (July): 72-88.
- FRAZIER, E. Franklin. 1948. **The negro family in the United States**. Abridged edition. Chicago: The University of Chicago Press.
- FRAZIER, E. Franklin. 1957. **The negro in the United States**. rev. ed. New York.
- GAY, Ruth. 1992. **The jews of Germany: a historical portrait**. Introduction by Peter Gay. New Haven: Yale University Press.
- HANDLER, Joel F. 1995. **The poverty of Welfare Reform**. New Haven: Yale University Press.
- HUGHES, Mark A. 1990. Formation of the impacted ghetto: evidence from large metropolitan-areas, 1970-1980. **Urban geography** 11-33: 265-284.
- JARGOWSKI, Paul A. and Mary Jo Bane. 1991. "Ghetto Poverty in the United States, 1970-1980." Pp. 235-273. In **The urban underclass**. Edited by Christopher Jencks and Paul E. Peterson. Washington, D.C.: The Brookings Institution.
- JENCKS, Christopher and Paul E. Peterson (Eds.). 1991. **The urban underclass**. Washington, D.C.: The Brookings Institution.
- JOHNSON, James Weldon. [1930] 1981. **Black Manhattan**. With a new introduction by Sondra Kathryn Wilson. New York: Da Capo.
- HUGGINS, Nathan Irvin (ed.). 1976. **Voices from the Harlem renaissance**. New York: Oxford University Press.
- KERNER COMMISSION. [1968] 1989. **The Kernert Report**. The 1968 report of the National Advisory Commission on Civil Disorders. New York: Pantheon.

KUSMER, Kenneth L. 1995. The enduring ghetto: urbanization and the color Line in american history. **Journal of Urban History** 21-4 (May): 458-504.

LUBOVE, Roy. 1962. **The progressives and the slums: Tenement House in New York City, 1890 to 1917**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

MEIER, August and Elliott Rudwick. 1976. **From plantation to ghetto**. New York: Hill and Wang.

MILLER, 1996. **Search and destroy: african-american males in the criminal justice system**. Cambridge: Cambridge University Press.

MORRIS, Aldon. 1984. **The origins of the civil rights movement: black communities organizing for change**. New York: Free Press.

MYRDAL, Gunnar. 1945. **An american dilemma**. New York: Harper and Row, 2 vols.

ORFIELD, Gary. 1988. Race and the liberal agenda: the loss of the integrationist dream, 1965—1975. Pp. 313-355 in **The politics of social policy in the United States**. Edited by Margaret Weir, Ann Shola Orloff, and Theda Skocpol. Princeton: Princeton University Press.

PHILPOTT, Thomas Lee. 1978. **The slum and the Ghetto: neighborhood deterioration and middle-class reform, Chicago 1880-1930**. New York: Oxford University Press.

SENNETT, Richard. 1994. **Flesh and stone: the body and the city in western civilization**. New York: W.W. Norton.

STEINBERG, Stephen. 1995. **Turning back: the retreat from racial justice in american thought and policy**. Boston: Beacon Press.

TROTTER, Joe William, Jr. 1985. Afro-american urban history: a critique of the literature. P. 264-282 in **Black Milwaukee: the making of an industrial proletariat, 1915-45**. Urbana: University of Illinois Press.

TROTTER, Joe W. 1995. African americans in the city: the industrial era, 1900-1950. **Journal of Urban History** 21-4 (May): 438-457.

WACQUANT, Loïc. 1996. De l'Etat charitable à l'Etat pénal: notes sur le traitement politique de la misère en Amérique. **Regards Sociologiques** 11: 30-38.

WACQUANT, Loïc. 1997a. Three pernicious premises in the study of the american ghetto. **International Journal of Urban and Regional Research** 20 (June): 341-353.

WACQUANT, Loïc. 1997b. Les pauvres en pâture: la nouvelle politique de la misère en Amérique. **Hérodote** 36-2 (Spring): 48-60.

WADE, Richard C. 1990. "The enduring ghetto: urbanization and the color Line in american history." **Journal of Urban History** 17-1 (November): 4-13.

WARD, David. 1989. **Poverty, ethnicity, and the american city, 1840-1925**. Cambridge: Cambridge University Press.

WIRTH, Louis. 1928. **The ghetto**. Chicago: The University of Chicago Press.

WILSON, William Julius. 1996. **When work disappears**. New York: Knopf.